



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre os conflitos entre Venezuela e Guiana.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre os conflitos entre Venezuela e Guiana.

Ao tomar conhecimento da escalada de tensão entre a Venezuela e a Guiana, em relação à região do Essequibo, o Brasil, como país vizinho, vem manifestar grande preocupação com a possibilidade de um conflito armado na região.

Neste sentido, vimos solicitar informações sobre as ações que o Ministério das Relações Exteriores vem adotando para prevenir e/ou mediar o conflito.

Em particular, gostaríamos de saber:

1. Quais são as medidas diplomáticas que o Brasil está tomando para dialogar com os governos da Venezuela e da Guiana?
2. O Brasil está considerando a possibilidade de enviar tropas para a região?



3. O Brasil está trabalhando para fortalecer a cooperação regional para a prevenção de conflitos na América do Sul?

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Embaixador, manifestamos expressiva preocupação quanto ao escalonamento da tensão ora existente entre a Venezuela e a Guiana por força da disputa territorial envolvendo região de Essequibo, com ameaça direta à segurança nacional do Brasil e à estabilidade de Roraima, estado brasileiro fronteiriço com os dois países, que será diretamente afetado pelo aumento considerável do fluxo migratório (problema já enfrentado há anos pelo estado).

A tensão histórica existente entre a Venezuela e a Guiana sobre a rica região de Essequibo foi agravada em razão da descoberta de reservas de petróleo no referido local. A área reivindicada corresponde a 70% do território da Guiana, cerca de 159,5 mil quilômetros quadrados, que concentra as reservas de petróleo guianense estimada em 11 bilhões de barris.

Tal fato estimulou o governo autoritário da Venezuela, conhecido por fazer uso de instrumentos democráticos não críveis para legitimar atos despóticos, a promover movimentações militares em área fronteiriça relativamente próxima aos limites territoriais do Brasil e, conseqüentemente, de Roraima, estado lindeiro à fronteira comum.

As reservas de petróleo são tidas como de potencial expansão rápida nos próximos anos e indicam a possibilidade de a Guiana se transformar no maior produtor de petróleo do mundo, superando o Kuwait.

Agora, o governo da Venezuela, querendo dominar essa região e, de forma a dar uma roupagem democrática a um ato autoritário, marcou um referendo para que a população opine sobre tal ato. Ora, como pode ser legítima a tomada de uma região pela força?

O conflito armado precisa ser evitado. Uma guerra tão próxima ao território brasileiro só trará consequências negativas. O Brasil sempre teve uma



posição construtiva e ajuizada em relação a conflito, primando sempre por soluções pacíficas e respeitosas.

A resposta do Ministério das Relações Exteriores a este requerimento será importante para avaliar as ações do governo brasileiro em relação ao conflito.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2023.

Senador Esperidião Amin
(PP – SC)

Senador Dr. Hiran
(PP – RR)



Grave crise regional

'A antiga controvérsia entre a Venezuela e a Guiana é, hoje, a maior ameaça a estabilidade regional'

Por Rubens Barbosa

28 de novembro de 2023

No próximo domingo, será realizado referendun, convocado pelo governo da Venezuela, sobre a incorporação de 74% do território da Guiana. Com previsível resultado favorável para criar a província do Esequibo, a decisão estimulou uma crise externa para mostrar a força do governo, abalada com o apoio maciço da população à prévia de oposição para a escolha do candidato contra Maduro nas eleições presidenciais de 2024. Maduro, que está sob pressão internacional para participar de eleições livres, reiterou seu interesse no diálogo e no respeito do direito histórico do povo venezuelano, enquanto o governo de Georgetown reafirmou que a área contestada pertence a Guiana por herança e séculos de luta, e que Caracas quer rejeitar a jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ) e antecipar um julgamento futuro, minando a autoridade da CIJ.

Ao contrário das fronteiras entre as possessões espanholas e portuguesas, definidas nos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), os limites entre espanhóis e holandeses no norte da América do Sul permaneceram indefinidos, situação que herdaram Venezuela e Grã-Bretanha. Durante o século XIX e XX, continuou a disputa com gestões junto a Londres e Washington, negociações e juízos arbitrais. Mais recentemente, a partir de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a tratar dessa questão e, em 2018, a Guiana pediu para a CIJ declarar a validade do Acordo Arbitral de 1899, cujo laudo favoreceu a Guiana, definindo uma linha que incluiu território brasileiro, objeto de decisão do Rei da Itália, contestado pelo Brasil. Por isso, a Venezuela decidiu rejeitar a competência da CIJ. Em 2020, a CIJ declarou-se competente para tratar da questão. A decisão da Corte, ainda pendente, ganha importância pela convocação do referido referendun.

A antiga controvérsia entre a Venezuela e a Guiana é, hoje, a maior ameaça a estabilidade regional. A ameaça à integridade territorial da Guiana introduz um elemento de incerteza nos países anglófonos do Caribe, na Colômbia, em razão da controvérsia entre os dois países para a definição de limites na região do Golfo da Venezuela, e com os EUA, em atrito com Caracas nos últimos 40 anos, com quem Maduro acaba de negociar um acordo para a suspensão das sanções econômicas, com a promessa de transparência das eleições presidenciais de 2024. A questão pode desestabilizar uma região sensível para a segurança brasileira em termos de atividades ilegais, como narcotráfico, tráfico de armas e imigração. Para a Guiana, é uma questão existencial, pois significaria a perda de cerca de 2/3 de seu território e de área importante de zona marítima adjacente, onde vivem cerca de 300 mil habitantes, do total de um país que tem 800 mil habitantes. É a região mais rica em minérios, inclusive ouro, recursos florestais, agricultura, pesca e potencialmente muito promissora quanto a petróleo e gás. O presidente da Guiana, Irfaan Ali, em encontro como o presidente Lula, em Brasília, no início do mês, solicitou ao Brasil que faça gestões junto a Maduro para impedir a invasão.



É do interesse de todos os países da região, sobretudo do Brasil, que a controvérsia continue a ser discutida no âmbito político e jurídico. O Brasil tem fronteira com os dois países, que historicamente são consideradas legitimamente definidas e demarcadas. O governo Lula normalizou as relações com a Venezuela, com a designação de embaixadora para Caracas, e mantém igualmente relação próxima com a Guiana. Com ambos os países será importante continuar a tratar de temas de interesse comuns, como imigração, repressão a delitos transnacionais, meio ambiente, integração física e energética. Ao Brasil não interessa, por razões históricas e diplomáticas, que se abra uma nova etapa de revisionismo fronteiriço na América do Sul. A segurança jurídica derivada pela aplicação dos tratados e decisões arbitrais é parte da consolidação de um ambiente de paz e entendimento na região, às voltas com problemas econômicos e social.

No governo Lula, a América do Sul é uma das prioridades da política externa. Por diferentes razões, o Brasil pode e deve exercer uma influência moderadora e construtiva junto aos dois países, para que encaminhem soluções que não perturbem a ordem regional. Por meio de sua diplomacia, o Brasil está atuando para uma solução pacífica na disputa pela área de Esequibo. Defendendo uma solução negociada para a controvérsia, o Itamaraty está reiterando o compromisso de todos com a consolidação de uma Zona de Paz e Cooperação entre os Estados americanos. O assunto, neste mês, foi tratado na reunião de ministros do Exterior e da Defesa da América do Sul, em gestões da Chancelaria junto aos dois governos, e aos demais países da região, em especial a Colômbia, e na visita do assessor internacional de Lula a Caracas.

Na prática, dificilmente a Venezuela poderá incorporar pela força parte do território vizinho da Guiana. Os EUA enviaram missão a Georgetown na semana passada. Uma improvável invasão da Guiana teria implicações geopolíticas graves. Os EUA se envolveriam e poderiam instalar uma base militar na Amazônia, em apoio às empresas americanas que exploram petróleo offshore na Guiana.

*

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE) E MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS.

